

Nº 6
NOVEMBRO DE
2010

BOLETIM DA COMISSÃO NACIONAL PRÓ-SUS

CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA (CFM)
ASSOCIAÇÃO MÉDICA BRASILEIRA (AMB)
FEDERAÇÃO NACIONAL DOS MÉDICOS (FENAM)

Pela valorização do médico e da assistência em saúde



Caminhada dos médicos em direção ao Congresso Nacional, 26 de outubro

Cerca de 300 lideranças representativas dos 350 mil médicos brasileiros participaram, no dia 26 de outubro, em Brasília, da *Mobilização Nacional pela Valorização do Médico e da Assistência em Saúde*, ato público que encerrou as atividades iniciadas no Dia do Médico e que se estenderam por todo o país durante o mês de outubro.

Desde a concentração em frente ao Ministério da Saúde, até a caminhada ao Congresso Nacional, a manifestação, dirigida aos Poderes Executivo e Legislativo, destacou a urgente aloca-

ção de mais recursos para o SUS, com a regulamentação da EC 29; a valorização e a despreciação do trabalho médico; a melhoria da gestão pública na saúde; remuneração decente, reajuste anual e autonomia profissional aos médicos conveniados aos planos e seguros de saúde.

“Essa mobilização possibilita que a sociedade, os parlamentares e gestores percebam que os médicos tem uma agenda propositiva para reverter as más condições da assistência à saúde, o que passa pela valorização e pelo reconhecimento do nosso trabalho” disse o co-

ordenador da Pró-Sus, Aloísio Tibiriçá, do CFM, e um dos organizadores do ato.

Legislativo e Executivo

As entidades médicas nacionais (AMB, CFM e FENAM) protocolaram, junto às presidências da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, documento contendo um diagnóstico da saúde no Brasil, sugestões de medidas em defesa do SUS, da saúde suplementar e da valorização da Medicina, reforçando o “Manifesto dos Médicos à Nação”, aprovado durante o XII Encontro Nacional das Entidades Médicas (Enem),

em julho desse ano.

Em encontro com as entidades, o ministro da saúde, José Gomes Temporão, se comprometeu com as reivindicações e afirmou que dois temas irão se impor na agenda política da saúde em 2011: a solução para o problema do subfinanciamento do SUS e a regulação da relação entre médicos e planos de saúde.

Após a mobilização, os participantes do ato se reuniram com presidentes e diretores das entidades médicas nacionais na sede da Associação Médica de Brasília (AMBr).

COM A PALAVRA, OS PRESIDENTES DAS ENTIDADES NACIONAIS

“Este foi mais um alerta dos médicos sobre a situação crítica em que se encontra a saúde brasileira, cujo enfrentamento dos problemas precisa ser colocado como prioridade”.

Roberto d’Ávila, CFM

“Temos a profissão ameaçada pela maneira desrespeitosa com que os médicos tem sido tratados, e pela interferência que sofremos na prática clínica”.

José Luiz Gomes do Amaral, AMB

“Os governantes precisam saber que lutamos por uma saúde resolutive, mas que respeite as condições de trabalho e ofereça uma remuneração digna”

Cid Carvalhaes, FENAM

Cirurgiões cardiovasculares conquistam reajuste

Após campanha nacional por aumento do valor pago pelo SUS para a equipe médica nos procedimentos, que culminou com a paralisação de cirurgias eletivas em diversas cidades (Goiânia, Salvador, São Paulo e Rio de Janeiro, dentre outras), os cirurgiões cardiovasculares obtiveram importante vitória.

A Sociedade Brasileira

de Cirurgia Cardiovascular (SBCCV), que contou com o apoio da Comissão Nacional Pró SUS, conseguiu convencer o Ministério da Saúde a rever os valores, o que resultou no anúncio de um investimento federal de R\$ 98,9 milhões para reestruturação da tabela SUS de 105 procedimentos em cirurgias cardiovasculares.

A medida beneficia cerca de

1000 cirurgiões de todo o país, que receberão, a partir de novembro de 2010, reajuste que pode chegar até a 227%, em alguns casos. Uma cirurgia de ponte de safena, por exemplo, cujos honorários atuais são R\$ 1,3 mil passará para R\$ 3,8 mil.

Em 2009, o Ministério da Saúde havia gasto R\$ 645,7 milhões para a realização de 65,4 mil procedimentos car-

diovasculares no SUS.

“Depois de quase dois anos, não é tudo que se esperava, mas foi uma negociação positiva, satisfaz nossas expectativas e vai refletir na melhoria da assistência à população”, ressaltou Gilberto Venossi Barbosa, presidente da SBCCV.

Veja a portaria que elenca os procedimentos reajustados: www.sbccv.org.br

Entidades médicas ajudam a combater superbactéria

Uma das atividades após a Mobilização Nacional, no dia 26 de outubro, reforçando o compromisso social das entidades médicas, foi a divulgação de nota, pelo Conselho de Medicina, em que reforçam as medidas tomadas pelas autoridades para evitar a proli-

feração da *Klebsiella pneumoniae carbapenemase* (KPC), a chamada “superbactéria”, que tem causado, em ambiente hospitalar, infecções resistentes a antibióticos.

Valorizar a prescrição médica, evitar a automedicação, inibir o consumo e venda

descontrolada de antibióticos, observar as medidas de higiene e prevenção em ambiente hospitalar, o que vale para pacientes, profissionais e visitas, são algumas das medidas sugeridas pelo CFM e conselhos regionais. O CFM apóia também

a recente Resolução RDC 42 da ANVISA, que obriga, até dezembro de 2010, todos os serviços de saúde disponibilizarem aos médicos e profissionais a preparação alcoólica para a fricção antisséptica das mãos. Conheça a Nota na íntegra: www.cfm.org.br

Dilma Roussef assumiu compromissos para a saúde

A presidente eleita, Dilma Roussef, assumiu durante a campanha compromissos para a área da saúde, que constam de diversos documentos divulgados. Dentre os pontos que merecerão a atenção e o acompanhamento dos médicos e de suas entidades, destacamos:

- Conclusão da regula-

mentação da EC 29 e ampliação do repasse de recursos da saúde para Estados e Municípios.

- Combate à precarização no trabalho, com uma política de valorização do Estado, da carreira e da remuneração dos servidores públicos; contratações por concurso público, além de garantir que todos os municípios do Bra-

sil tenham médicos e profissionais de saúde.

- Implantação de mais 500 Unidades de Pronto Atendimento (UPAS), fortalecimento do SAMU, ampliação dos programas Saúde da Família, Brasil Sorridente e Farmácia Popular.

- Investimento nos Centros de Atenção Psicossocial (CAPS), para assistir pesso-

as que fazem uso abusivo de álcool e de drogas, com atenção especial ao crack.

- Desenvolvimento do complexo produtivo da saúde em direção à auto-suficiência na produção de fármacos e na ampliação da fabricação de genéricos.

- Realização da 14ª Conferência Nacional de Saúde.

Médicos do SUS: ação local, unidade nacional

O Sistema Único de Saúde é o maior empregador de médicos do país e as prefeituras são hoje as principais responsáveis pela gestão e contratação. Ao divulgar as dificuldades e conquistas dos profissionais nos municípios, a Comissão Pró-SUS pretende incentivar, a partir da ação local, a unidade nacional em defesa dos médicos do SUS.

Salário baixo, em São Leopoldo

A prefeitura de São Leopoldo (RS) abriu concurso para 89 vagas de médicos em diversas especialidades, com o vencimento de R\$ 2,1 mil. “É aviltante. O piso nacional é de R\$ 8,5 mil, só assim a prefeitura terá médicos que faltam nos centros de saúde e no Hospital Centenário, diz presidente do SIMERS, Paulo de Argollo Mendes, que também condena a contratação sem concurso e as seleções emergenciais que não garantem estabilidade e não motivam os médicos a se dedicarem ao SUS.

Agressões de pacientes, em Curitiba

Os médicos que atendem nos Centros Municipais de Urgência Médica (CMUM's) de Curitiba (PR) tem denunciado com frequência que são vítimas de violência física e verbal por parte de usuários, pois há acúmulo de trabalho, demanda superior ao número de profissionais, o que resulta em demora no atendimento e insatisfação da população. Os oito CMUM's existentes contratam médicos por meio de ONGs e organizações sociais, o que, segundo o Sindicato dos Médicos no Estado do Paraná (SIMEPAR) gera a precarização do trabalho. Além disso, os médicos afirmam que há interferência no exercício da medicina, com restrições a prescrição de determinados medicamentos, restrições a pedidos de exames e proibição de indicação de retorno aos pacientes. O Ministério Público do Trabalho e o Conselho Regional de Medicina estão apurando as irregularidades.

Sem acordo, em Caxias do Sul

Continua sem acordo a negociação entre os médicos do SUS e a Prefeitura de Caxias do Sul. Mais de 450 médicos reivindicam abono salarial de 50% sobre o salário base atual de R\$ 2.100, por 20h/semanais e a implantação de uma mesa de negociação permanente para a discussão do Plano de Carreira, Cargos e Vencimentos (PCCV) para os profissionais.

PCCS municipal, em Maceió

Em Maceió, o prefeito Cícero Almeida encaminhou à Câmara de Vereadores, no Dia do Médico, 18 de outubro, o Projeto de Lei que cria o Plano de Cargos, Carreiras e Salários dos médicos do município. Segundo o presidente do Sinmed, Wellington Galvão, o PL é o cumprimento de promessa feita aos médicos pela prefeitura desde maio de 2009. “O PCCS terá impacto na remuneração dos médicos, vai atrair profissionais inclusive para a atenção básica e, conseqüentemente, irá beneficiar a população”.

Protesto dos pediatras, em Uberlândia

Os médicos pediatras de Uberlândia (MG) protestaram no dia 20 de outubro contra a falta de estrutura nas unidades de saúde do município. No dia 15 de outubro, 50 pediatras já haviam enviado uma carta de denúncia à prefeitura, ao Ministério Público (MP), ao Conselho Regional de Medicina e à imprensa, denunciando condições precárias de trabalho. O MP deu prazo de 30 dias para a prefeitura explicar a falta de plantonistas e outras irregularidades nas Unidades de Atendimento Integrado (UAIs) de Uberlândia.

Carta de exoneração, em Camaragibe

Foram 10 meses de negociações, sem progresso, até que cerca de 50 médicos do SUS municipal de Camaragibe (PE), entregaram simultaneamente, no Dia do Médico, cartas com pedido de intenção de exoneração. O Simepe reivindica melhores condições de trabalho e equiparação salarial com o Estado e municípios vizinhos, como Recife, Cabo e Jaboatão dos Guararapes, mas nunca recebeu contraposta da prefeitura.

Sem EC 29, orçamento da saúde para 2011 será insuficiente

O Orçamento da União para a saúde em 2011 prevê R\$ 68,4 bilhões para as ações e serviços de saúde do SUS. O valor é baixo, de acordo com o Conselho Nacional dos Secretários Estaduais de Saúde (Conass). Seriam necessários mais de R\$ 100 bilhões para o setor em 2011, muito mais do que os valores aplicados anualmente pela União na saúde (quadro).

As áreas mais prejudicadas com a falta de recursos serão os atendimentos de média e alta complexidade, que envolvem serviços especializados de alto custo; a distribuição de medicamentos excepcionais, fora da lista básica do SUS; e o Piso de Atenção Básica (PAB) fixo, que garante o repasse de recursos aos municípios para ações de assistência básica, de acordo com o número de habitantes.

Médicos querem aprovação da EC 29

As entidades médicas esperam que seja votado ainda este ano pela Câmara dos Deputados o projeto de lei complementar (PLP 306/08), já aprovado pelo Senado, que re-

Despesas federais com ações e serviços de saúde

ano	Valor
2007	R\$ 44,3 bilhões
2008	R\$ 48,7 bilhões
2009	R\$ 58,3 bilhões
2010	R\$ 62,5 bilhões
2011	R\$ 68,4 bilhões

Fonte TCU

gulamenta a Emenda Constitucional 29 e fixa os percentuais mínimos a serem investidos anualmente em saúde pela União, por estados e municípios. Com o fim do período eleitoral, as votações do Plenário em novembro e dezembro irão priorizar a votação de 17 MPs, algumas com prazo de vigência no limite, outras envolvendo temas complexos, como a MP que promove alterações na legislação tributária.

O maior impasse para a votação em 2010 da proposta é a criação da chamada Contribuição Social para a Saúde (CSS), um tributo nos moldes da extinta Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF).

A presidente eleita, Dilma

Roussef, comprometeu-se a atuar pela regulamentação da EC 29. Se não for votada em 2010, como a bancada governista tem maioria na Câmara —311 deputados— contra 111 parlamentares da oposição e 91 ainda sem definição, a expectativa é de que a EC 29 seja uma das prioridades do início do ano legislativo.

Emenda define ações exclusivas de saúde

A regulação da EC 29, além

de mais recursos para o SUS, o que permitirá melhor remuneração para os médicos, também impedirá uma prática comum principalmente nos estados: a inclusão, no cálculo do mínimo exigido para a saúde, de recursos gastos em outras áreas, como aposentadorias, merenda escolar, limpeza urbana, obras de infraestrutura etc. Serão consideradas ações e serviços de saúde:

Ações exclusivas de saúde

- vigilância em saúde, inclusive epidemiológica e sanitária;
- atenção integral e universal à saúde em todos os níveis de complexidade;
- capacitação do pessoal do Sistema Único de Saúde (SUS);
- desenvolvimento científico e tecnológico promovido pelo SUS;
- produção, aquisição, distribuição de insumos específicos dos serviços de saúde do SUS;
- saneamento básico de distritos sanitários indígenas e quilombolas de e pequenas comunidades, desde que aprovado pelo Conselho de Saúde local;
- manejo ambiental diretamente vinculado ao controle de vetores das doenças;
- investimentos na rede física do SUS, - gestão e operação das unidades prestadoras de serviços públicos de saúde
- remuneração do pessoal ativo da saúde, incluindo os médicos
- ações de apoio administrativo pelo SUS, desde que imprescindíveis para a execução das ações e serviços de saúde.

COMISSÃO NACIONAL PRÓ-SUS

Coordenador: Aloísio Tibiriçá Miranda . **Membros:** Abdon José Murad Neto, Alceu José Peixoto Pimentel, Ceuci de Lima Xavier, Cláudio B. Souto Franzen, Eduardo Santana, Florentino Cardoso Filho, Frederico Henrique de Melo, Hermann V. Tiesenhausen, José Fernando Maia Vinagre, Makhoul Moussalem, Márcio Costa Bichara, Mauro Luiz de Brito Ribeiro, Renato Azevedo Júnior, Roberto Queiroz Gurgel, Roberto Tenório de Carvalho, Waldir Cardoso, Wilton Mendes, Wirlande Santos da Luz .

CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA (CFM)

Tel: (61) 3445-5957 Fax: (61) 3246-0231 – e-mail: comissoes@cfm.org.br